



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004

É uma honra poder dirigir-me aos membros desta Assembléia Nacional, a Casa do Povo.

Aqui, os cidadãos de Cabo Verde exercem as prerrogativas e direitos que tão duramente conquistaram: as liberdades democráticas e o exercício da vontade soberana.

Quero prestar uma homenagem aos homens e mulheres, muitos membros dessa Assembléia, que deram seus melhores esforços – ou sua própria vida – para fazer deste país uma democracia pluralista e pujante.

Esta é uma Nação fundada no consenso.

A luta vitoriosa da Nação cabo-verdiana por seus direitos inspirou toda uma geração de brasileiros que padecia sob o peso da opressão e da intolerância em sua própria pátria.

Foi, portanto, com forte emoção que recebi ontem a insígnia em memória do grande líder Amílcar Cabral.

Senhoras e senhores Parlamentares,
Cabo Verde e o Brasil são parceiros naturais.

Partilhamos, além da língua, o ritmo inconfundível de nossa música e a alegria de nossos povos.

A geografia ilustra essa proximidade.

Estamos unidos na determinação de dar aos nossos conterrâneos o direito de sonhar com uma vida melhor.

Como homem que veio do nordeste brasileiro, vivi a seca e a fome.

Conheço a batalha diária de homens e mulheres corajosos e aguerridos, que deixaram sua terra querida em busca de nova vida e de nova esperança.



Como brasileiro, conheço também a solidariedade daqueles emigrantes que sustentam seus familiares com o fruto de seu trabalho na grande cidade ou no país distante.

Quando assumi a Presidência do Brasil, fixei como meta de meu governo a busca de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico sustentável e inclusão social.

Todos os brasileiros devem viver com dignidade.

A idéia de que o desenvolvimento econômico da Nação e o bem-estar do povo podem caminhar juntos está vingando no Brasil.

Assim como Cabo Verde, fizemos reformas estruturais inadiáveis para devolver a competitividade e o dinamismo à economia brasileira.

Fizemos sacrifícios para afastar ameaças à estabilidade fiscal e financeira.

Já estamos colhendo os resultados.

No último mês, a produção industrial aumentou mais do que em todo o ano de 2002.

O comércio está em franca expansão.

O Brasil encontrou a rota de crescimento.

Crescimento sustentável e duradouro, centrado na geração de empregos e na distribuição de renda.

Nosso objetivo não é apenas fazer o PIB crescer, mas resgatar a imensa dívida social no Brasil.

Os resultados econômicos atuais só fazem sentido se servirem para restituir a milhões de homens e mulheres os elementos básicos da cidadania.

Caros Parlamentares,

Tenho levado essa mensagem a todos os países e povos que visito.

Não podemos relegar ao segundo plano o flagelo da escassez e da pobreza, que aflige mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo.

Não haverá estabilidade econômica internacional, nem proteção contra o



terrorismo enquanto não atribuirmos prioridade à construção de uma ordem mundial mais justa e democrática.

Com o Programa Fome Zero, conseguimos a maior mobilização de solidariedade nacional da história do Brasil.

Mostramos ao país que a fome e a extrema pobreza têm rosto – mas também solução.

Queremos levar à comunidade internacional essas palavras de alerta, mas também de esperança.

A fome é hoje a principal arma de destruição em massa que ameaça a humanidade.

Por isso, convoquei reunião de líderes mundiais comprometidos com a erradicação da pobreza e da fome no mundo.

Muitos chefes de Estado e de Governo já confirmaram sua presença, no próximo dia 20 de setembro, em Nova York.

A mobilização já começou.

Brasil, Índia e África do Sul criaram um fundo para demonstrar que a obrigação moral, política e econômica de colaborar é de todos.

Aprovamos um primeiro projeto, voltado para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária em Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Confiamos no pequeno agricultor de Guiné Bissau.

Nele está a resposta aos desafios sociais e econômicos de seu país.

Milhões, como ele, merecem a oportunidade de demonstrar sua capacidade e vontade de trabalho.

O Brasil vem lutando, em todas as negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos.

Sobretudo aos pequenos produtores agrícolas competitivos dos países mais pobres, prejudicados por práticas comerciais injustas e, muitas vezes, hipócritas.



Não podemos permitir que populações inteiras paguem o preço dos subsídios concedidos a uma minoria rica.

É inadmissível que multidões permaneçam em extrema pobreza devido às barreiras impostas pelos países desenvolvidos.

Por isso, o Brasil saudou o resultado do painel estabelecido na OMC, por iniciativa nossa, para examinar os subsídios norte-americanos ao algodão.

A decisão pioneira da OMC abre caminho para que países da África Ocidental tenham assegurada sua competitividade na produção do algodão, assim como na do café e do cacau.

Estamos confiantes.

Demos um grande passo na direção de um sistema internacional de comércio mais aberto, justo e eqüitativo.

Não queremos depender de arranjos privilegiados com países desenvolvidos que distorcem o sistema internacional e nos condenam à eterna dependência de concessões desiguais e incertas.

Apoiamos o ingresso de Cabo Verde na OMC com a convicção de que interessa aos países em desenvolvimento um sistema multilateral de comércio forte e atuante.

Esse sistema deve basear-se no diálogo equilibrado entre iguais.

Estabelecemos o G-20 e estamos nos coordenando com o G-90 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso da Rodada de Doha.

Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial naqueles bens e serviços onde somos competitivos.

A coordenação de esforços entre países em desenvolvimento deve ser ainda mais ambiciosa.

Durante a 11ª UNCTAD lançamos a terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, na certeza do enorme potencial do comércio entre os países do Sul.



O Sistema Global de Preferências Comerciais oferece a moldura ideal para multiplicarmos os ganhos dos processos de integração econômica e comercial entre países em desenvolvimento.

Queremos que o Mercosul seja um pilar da nova geografia econômica que estamos construindo.

A convergência com a Comunidade Andina está transformando o continente sul-americano em um só bloco, com uma população de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares.

Já estamos em negociações comerciais com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral.

Esperamos que os países em desenvolvimento da CPLP possam, em breve, juntar-se nesse empreendimento.

Senhoras e senhores,

Nossa parceria deve voltar-se para a construção de um mundo mais pacífico e seguro.

É esse o sentido da decisão brasileira de chefiar a Missão da ONU no Haiti, com a participação de tropas de vários países em desenvolvimento.

Nosso objetivo é convocar a comunidade internacional a engajar-se na reconstrução das instituições políticas e na promoção do desenvolvimento econômico e social daquele país.

Lá, como em todo o mundo, o nome da paz é justiça social.

A democracia jamais poderá florescer em meio à desesperança de um povo condenado à pobreza e à violência.

Precisamos trocar o medo pela alegria, a violência pela arte de viver.

É isso que vamos fazer ao promover um jogo da Seleção Brasileira de Futebol, no dia 18 próximo, em Porto Príncipe, no Haiti.

É esse também o sentido dos esforços da África para encontrar soluções próprias para seus problemas.

Tenho orgulho da contribuição da CPLP, durante a Presidência



brasileira, em apoiar os processos de paz na África Central.

A participação decisiva de Cabo Verde nesses esforços regionais merece nosso reconhecimento e apoio.

Mas persistem ameaças no Sudão, na República Democrática do Congo e na Costa do Marfim.

Assim como no Haiti, é preciso um esforço coletivo e sustentado das instituições multilaterais para responder a crises complexas e aparentemente insolúveis.

Saudamos o empenho das Nações Unidas, da União Africana e de outras organizações regionais.

Apoiamos o Secretário-Geral da ONU quando ele defende um “novo pacto” nas Nações Unidas, que recoloca a Organização no centro dos debates sobre a paz e a segurança internacionais.

A ordem internacional que almejamos - justa e eqüitativa - tem que ser baseada no multilateralismo.

Essa é a face externa de nosso compromisso com a democracia.

O Conselho de Segurança deve ser democratizado.

Suas decisões têm de refletir a vontade da maioria dos países membros da ONU.

Só assim serão legítimas e respeitadas.

Precisamos da participação efetiva dos países em desenvolvimento para assegurar a paz e a segurança.

Agradeço novamente o apoio de Cabo Verde à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança.

O Brasil está preparado para assumir mais essa parcela de responsabilidade.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Devemos à África muito de nossa história, de nossa cultura e de nossa identidade.



Em novembro passado, visitei cinco países da região.

Voltei agora a cruzar o Atlântico para reencontrar um continente que oferece um potencial ímpar para o aprofundamento das nossas relações

Cabo Verde – localizado a meio caminho entre o Brasil e a África - é sócio indispensável nessa jornada.

Queremos que nos ajude a construir uma ponte de cooperação e solidariedade entre os dois lados do Atlântico.

Os acordos que assinaremos durante minha estada atestam o quanto podemos realizar juntos.

Que minha visita a este belo país, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro em 18 anos, seja um pilar dessa parceria transatlântica que estamos forjando.

Muito obrigado.